



CÂMARA DOS DEPUTADOS DO BRASIL
Liderança da Federação PSOL-REDE

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1287, DE 2025

Institui apoio financeiro à pessoa com deficiência decorrente de síndrome congênita associada à infecção pelo vírus Zika.

EMENDA ADITIVA Nº

A Medida Provisória nº 1.287 de 08 de janeiro de 2025 passa a vigorar acrescida do seguinte Art. 2º e os respectivos §§ 1º, 2º, 3º e 4º:

Art. 2º Fica instituída pensão especial, mensal e vitalícia, no valor de três salários mínimos, às vítimas do Zika Vírus com Microcefalia ou com Síndrome de Guillain-Barré.

§ 1º As pessoas beneficiárias desta pensão terão direito ao recebimento de valores retroativos, contados a partir da data de nascimento das respectivas vítimas que tratam este caput.

§ 2º A pensão de que trata o caput deste artigo é personalíssima e não se transmite aos herdeiros da beneficiária.

§ 3º O direito previsto neste artigo será concedido a partir da efetuação do requerimento junto à Agência da Previdência Social.

§ 4º O valor mensal da pensão será atualizado pelos mesmos índices e critérios estabelecidos para os benefícios do Regime Geral da Previdência Social.



JUSTIFICAÇÃO

A modificação proposta nesta emenda visa garantir que as vítimas da Síndrome Congênita do Zika (SCZ) e suas famílias recebam tanto uma reparação financeira em parcela única quanto uma pensão especial mensal, vitalícia e intransferível no valor de três salários mínimos. Essa abordagem combina o caráter **reparatório** e **compensatório** da indenização inicial com a **previsibilidade e estabilidade** da pensão contínua, assegurando um suporte adequado às necessidades dessas famílias ao longo da vida.

A indenização em **parcela única** reconhece a responsabilidade do Estado pela epidemia de Zika e permite que as famílias enfrentem despesas imediatas decorrentes do diagnóstico, como tratamentos emergenciais, adequações domiciliares e aquisição de equipamentos essenciais.

No entanto, os desafios das pessoas afetadas pela SCZ não se encerram com essa compensação. As condições neurológicas e motoras associadas à síndrome demandam acompanhamento contínuo, com terapias, medicamentos e suporte especializado ao longo da vida. Para garantir esse cuidado de forma eficiente e digna, é fundamental que a **pensão mensal vitalícia** complemente a indenização inicial, assegurando que as famílias tenham um suporte financeiro previsível e permanente.

A inclusão de um pagamento retroativo visa corrigir a ausência de amparo financeiro adequado às famílias que, desde o nascimento de seus filhos com SCZ, tiveram que arcar sozinhas com custos elevados de assistência médica e suporte especializado.

Sala das Sessões, 07 de fevereiro de 2025

Deputada TALÍRIA PETRONE

Líder da Federação PSOL/REDE

